



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE PORTO MAUÁ
Gabinete do Prefeito

Rua Uruguai, 155 – Porto Mauá – RS – CEP: 98.947-000 – Fone/Fax: (55) 3545-1146

www.portomaua.rs.gov.br

E-mail: prefeito@portomaua.rs.gov.br e convenios@portomaua.rs.gov.br

“Doe Órgãos, Doe Sangue: Salve Vidas”

PUBLICADO NO PELOURINHO

DE 30 / 03 / 2021
ATÉ 31 / 12 / 2021

Cleide
Cleide Campanher Winkler
Oficial Administrativo

DECRETO 1.538, DE 30 DE MARÇO DE 2021.

**SUSPENDE A APLICABILIDADE DOS
DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL nº 1.600,
DE 26 DE JANEIRO DE 2021, CONFORME
DEFINIÇÃO DE JULGAMENTO DO STF E
PARECERES JURÍDICOS DA CNM, FAMURS
E AMUFRON.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO MAUÁ, Estado do Rio Grande do Sul,
,no uso das atribuições legais, e em conformidade com o art. 92, inciso VI da Lei
Orgânica Municipal e,

CONSIDERANDO o prescrito no art. 30, incisos I e II, da Constituição da
República Federativa do Brasil e o preceituado no art. 8º da Carta Estadual do Rio
Grande do Sul;

CONSIDERANDO as premissas e elementos fático-jurídicos, bem como as
disposições normativas que foram determinantes e fundamentadas por ocasião da
edição da Lei Municipal nº 1600 de 26 de janeiro de 2021, em especial Nota Técnica
do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul que acenava pela
possibilidade de concessão de reajuste da remuneração dos servidores;

CONSIDERANDO a prolação de decisão pelo pleno Supremo Tribunal Federal
– STF , na data de 12 de março de 2021, quando da análise da ADI nº 6447, a qual
por extensão julgou as ADI'S 6442, 6450 e 6525;

CONSIDERANDO que a decisão do pleno Supremo Tribunal Federal – STF
reconheceu a constitucionalidade da LC 173/2020, chamada Lei de Enfrentamento do
CORONAVÍRUS (COVID-19), afirmando, no caso, a aplicabilidade do art. 8ª, que rege,
sucintamente, a respeito do aumento de despesa com pessoal, determinando que não
há que se falar em revisão de remuneração até o final do exercício do ano de 2021;

CONSIDERANDO os pareceres expedidos pela Confederação Nacional dos
Municípios – CNM, Federação das Associações dos Municípios do Rio Grande do Sul
– FAMURS, Associação dos Municípios da Fronteira Noroeste – AMUFRON, os quais
recomendam e indicam a tomada de providências no sentido de não conceder
qualquer tipo de aumento e/ou reaver aumentos concedidos;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE PORTO MAUÁ
Gabinete do Prefeito**

Rua Uruguai, 155 – Porto Mauá – RS – CEP: 98.947-000 – Fone/Fax: (55) 3545-1146

www.portomaua.rs.gov.br

E-mail: prefeito@portomaua.rs.gov.br e convenios@portomaua.rs.gov.br

“Doe Órgãos, Doe Sangue: Salve Vidas”

CONSIDERANDO que o Gestor Público está adstrito aos princípios da legalidade estrita e da LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal, não podendo o gestor relativizar sua aplicabilidade;

CONSIDERANDO que tramita junto a Câmara Municipal de Vereadores de Porto Mauá, o projeto de lei nº 1599 de 18 de março de 2021, em regime de urgência, e, que versa sobre a revogação da lei Municipal 1600/2021 que concedeu reajuste aos servidores e que até o presente momento não foi apreciado;

CONSIDERANDO a urgência na tomada de providências sob pena de incorrer em descumprimento de preceito e/ou ordem judicial;

CONSIDERANDO a responsabilidade do gestor em preservar o erário público, tendo compromisso em buscar todos os mecanismos ao seu alcance para melhor aplicação e interpretação das normas, devendo ser sopesado o critério de gradação dos bens resguardados pelo ente estatal com o processo de definição e densificação do Interesse Público,

DECRETA:

Art. 1º A suspensão da executoriedade da Lei Municipal nº 1600 de 26 de janeiro de 2021 em todos os seus termos.

Art.2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO MAUÁ, RS, EM 30 DE MARÇO DE 2021.

LEOCIR WEISS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se:

Vicente Luiz Pisoni

Secretaria de Administração e Finanças